

2.º Constituem condições especiais comuns a todos os candidatos:

- a) Possuir, como habilitações literárias mínimas, o 10.º ano do ensino secundário completo, com as disciplinas de Física e Matemática, ou habilitação legalmente equivalente;
- b) Satisfazer os requisitos especiais estabelecidos em disposições próprias, constantes do aviso de abertura dos concursos de admissão, designadamente os relativos a:
  - 1) Parâmetros médicos, físicos e psicológicos de selecção;
  - 2) Provas físicas e psicofísicas de selecção;
- c) Obter aproveitamento no Curso de Formação de Sargentos (CFS) da classe a que se destinam.

3.º Constituem condições especiais comuns aos candidatos militares:

- a) Ter bom comportamento militar;
- b) Não ter avaliações desfavoráveis.

4.º Constituem ainda condições especiais, consoante a situação militar dos candidatos:

- a) Praças da Marinha em serviço efectivo normal (SEN) ou em regime de voluntariado (RV):
  - 1) Ter idade não superior a 23 anos, para praças em SEN, ou 24 anos, para praças em RV, em 31 de Dezembro do ano de início do CFS;
  - 2) Ter cumprido 12 meses em RV à data do início do CFS, no caso das praças em serviço efectivo naquele regime;
- b) Praças da Marinha em regime de contrato (RC) ou dos quadros permanentes (QP): ter idade não superior a 28 anos em 31 de Dezembro do ano de início do CFS;
- c) Para militares do Exército e da Força Aérea: ter idade não superior a 23 anos em 31 de Dezembro do ano de início do CFS;
- d) Para cidadãos na reserva de disponibilidade e licenciamento oriundos da Marinha:
  - 1) Ter idade não superior a 23 anos em 31 de Dezembro do ano de início do CFS;
  - 2) Ter bom comportamento militar à data de passagem àquela situação;
  - 3) Não ter tido avaliações desfavoráveis durante a prestação do serviço militar.

5.º Para os restantes cidadãos, ter idade compreendida entre 17 e 20 anos até 31 de Dezembro do ano de início do CFS.

6.º Os limites fixados para as praças da Marinha em RC e dos QP serão gradualmente reduzidos até aos 26 anos, de acordo com o calendário seguinte:

1994 — 27 anos.  
1995 — 26 anos.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 29 de Dezembro de 1992.

Pelo Ministro da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Defesa Nacional.

## MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 86/93

de 25 de Janeiro

Ao abrigo do previsto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 119/81, de 26 de Setembro, e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 48/86, de 13 de Março, e considerando o disposto nos artigos 1.º e 2.º deste decreto-lei e no n.º 1.º da Portaria n.º 19/91, de 10 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e da Educação, sob proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, que seja aprovado o modelo, anexo a esta portaria, de carta de curso do grau de licenciado conferido pela Escola Naval.

Ministérios da Defesa Nacional e da Educação.

Assinada em 29 de Dezembro de 1992.

Pelo Ministro da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Defesa Nacional. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

ANEXO

República (a) Portuguesa

Escola Naval

Carta de curso

... (b) Comandante da Escola Naval:

Faço saber que ... (c), filho de ... (d), natural de ... (e), tendo frequentado este estabelecimento militar de ensino superior, concluiu em ... (f) o curso de licenciatura em ... (g), com a classificação de ... (h) valores, pelo que, em conformidade com as disposições legais em vigor, lhe mandei passar a presente carta de curso, em que o declaro habilitado com o grau de licenciado em ... (i).

Escola Naval, ... (j).

O Comandante da Escola Naval, ... (l).

O Secretário Escolar, ... (m).

- (a) Emblema da Escola Naval.  
(b) Nome do comandante da Escola Naval.  
(c) Nome do titular da carta de curso.  
(d) Nomes do pai e da mãe do titular da carta de curso.  
(e) Nacionalidade do titular da carta de curso.  
(f) Data da conclusão do curso.  
(g) Designação do curso.  
(h) Classificação final, por extenso, a que se refere o n.º 8.º da Portaria n.º 19/91, de 10 de Janeiro.  
(i) Designação do grau de licenciatura.  
(j) Data de emissão da carta de curso.  
(l) Assinatura do comandante da Escola Naval autenticada pelo selo branco.  
(m) Assinatura do secretário escolar, utilizando as estampilhas fiscais no valor fixado na Tabela Geral do Imposto do Selo.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 87/93

de 25 de Janeiro

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 282/86, de 5 de Setembro, que manda fixar anualmente a taxa a cobrar pela concessão do alvará a que se refere o artigo 7.º do mesmo diploma;

Considerando a obrigatoriedade que cabe aos serviços públicos de, atempadamente, darem cumprimento às determinações da lei;

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Administração Interna, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º

do Decreto-Lei n.º 282/86, de 5 de Setembro, o seguinte:

1.º Pela concessão dos alvarás previstos no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 282/86 serão cobradas, no ano de 1993, as seguintes taxas:

- a) Prestação dos serviços previstos na alínea c) do artigo 5.º — 1 150 000\$;
- b) Prestação dos serviços previstos na alínea a) do artigo 6.º — 2 300 000\$;
- c) Prestação dos serviços previstos na alínea b) do artigo 6.º — 2 300 000\$;
- d) Substituição de alvará — 60 000\$.

2.º As taxas são pagas através de guias de receita do Estado, a emitir pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Ministério da Administração Interna.

Assinada em 22 de Dezembro de 1992.

O Secretário de Estado da Administração Interna,  
*Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro.*

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

### Portaria n.º 88/93

de 25 de Janeiro

Os Decretos-Leis n.ºs 247/91, de 10 de Julho, 296/91, de 16 de Agosto, e 414/91, de 22 de Outubro, regulamentam o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de biblioteca e documentação e de arquivo, de técnico superior de serviço social e dos técnicos superiores de saúde, respectivamente,

e definem as normas de transição para as mesmas carreiras.

A execução dos citados diplomas implica a alteração dos quadros de pessoal dos serviços e estabelecimentos por eles abrangidos.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 296/91, de 16 de Agosto, e com o n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, que o quadro de pessoal do Hospital de São João, aprovado pela Portaria n.º 669/80, de 16 de Setembro, e posteriormente alterado pelas Portarias n.ºs 35/82, de 13 de Janeiro, 791/83, de 29 de Julho, 807-N1/83, de 30 de Julho, 209/87, de 23 de Março, 377/87, de 5 de Maio, 150/88, de 10 de Março, 568/88, de 19 de Agosto, 644/88, de 21 de Setembro, 755/89, de 1 de Setembro, 978/89, de 14 de Novembro, 1174/90, de 3 de Dezembro, e 422/92, de 22 de Maio, seja substituído, na parte relativa às áreas funcionais de biblioteca, arquivo e documentação e às carreiras de técnico de serviço social e dos técnicos superiores de saúde, pelo quadro anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 17 de Dezembro de 1992.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — Pelo Ministro da Saúde, *Jorge Augusto Pires*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

Quadro de pessoal do Hospital de São João

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
.....	.....	.....	.....	...
Pessoal técnico superior	Farmácia .....	Técnica superior de saúde...	Assessor superior .....	(a) 2
			Assessor .....	(a) 3
			Assistente principal/assistente .....	(a) (b) 10
	Laboratório .....		Assessor superior .....	(c) 1
			Assessor .....	(c) 2
Veterinária .....	Assistente principal/assistente .....	(c) (d) 7		
	Assessor superior .....	1		
Assessor .....				
Assistente principal/assistente .....				
.....	.....	.....	.....	...
Planeamento, formação, pessoal, serviços jurídicos, financeiros, aprovisionamento e psicologia.	Técnica superior.....	Assessor principal.....	(d) 5	
		Assessor .....		
		Técnico superior principal .....		
		Técnico superior de 1.ª classe .....		
		Técnico superior de 2.ª classe .....		